

# Jornal do Professor Adufg SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO II - Nº 4 - JANEIRO/FEVEREIRO DE 2013

## EDITORIAL

### O ano de 2012 que só termina em 2013

Depois das aulas e horas no computador, é recreativo caminhar pelos corredores das faculdades e dos cursos da UFG. Vamos encontrando velhos e novos conhecidos. Conversa-se de tudo, contam-se mentiras, piadas do tempo do onça, piadas da época dos gigabytes. É lógico que se fala de homens e mulheres. Nunca faltam os elogios às colegas e aos colegas dos cursos vizinhos. Nessa época em que o Vila Nova anda em baixa, é melhor não encontrar o professor Lisandro pela frente, porque é briga na certa. Atravessar os pátios do Campus II e encontrar o professor Jefone no ICB, o papo corre solto, fala-se inclusive dos áureos tempos da “pretinha”, que machucou muitos fidalgos corações da então nascente e crescente Goianinha. Os mais jovens gostam do “papo cabeça”, tipo filme *noir*, Bergman, moderno no máximo: Woody Allen. Depois de uma hora de boa conversa, volta-se à realidade dos computadores mas, enfim, sempre sorrindo das mentiras do professor “Rufinne”, que é capaz de traduzir em simultâneo três idiomas diferentes.

Nesses dias de 2013, quando voltamos às aulas para terminar 2012, não se tem muita vontade de sair para arejar e papear depois de quatro horas de aulas, ou, para fazer o “quilo” depois do almoço. Trabalhar em janeiro e fevereiro e tirar férias em março deixaram o papo chocho, o povo macambúzio, muitas lamentações. Como diz a rapaziada jovem: “Tá tenso véio!!!” Em março, de férias, ficar em casa olhando para o marido ou para a mulher levando os filhos à escola, o tiquinho de férias evapora-se como fumaça. Nesses dias o papo não corre solto na hora do café. Como amor interrompido, voltam-se as férias... em março.

Fredrico Oliveira



Goiamérico Felício: motocicleta potencializa sua existência

Fredrico Oliveira



Jefone Rocha: seresteiro

### O que mais desperta o seu interesse?

A pedido do JP, professores escrevem sobre seus hobbies e paixões, fora da universidade. Álvaro Caparica, do IF, fala da sua ligação, desde a infância, com o piano. Goiamérico Felício, da Facomb, escreve sobre o sentido da motocicleta em sua vida. Jefone Rocha, do ICB, conta da sua vida boêmia e Rubem Ramos, da Facomb, relata sobre como se apaixonou por gibis. **Página 10**

## MOVIMENTO DOCENTE

### ‘A universidade não pode ser um castelo fechado’

Em entrevista, presidente do Proifes-Federação Eduardo Rolim detalha acordo com governo e critica atuação de partidos. **Páginas 6, 7, 8 e 9**

André Albuquerque



PERFIL - Geraldo Faria Campos relembra como contrapós o modelo tradicional de ensino da Língua Portuguesa, no Cepae

### Direito defende quilombolas

Professora Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega, da Faculdade de Direito, enfrenta pesado jogo de interesses – que envolve posseiros e pesquisadores – para tornar descendentes de escravos cidadãos e proprietários das terras que ocupam há mais de 200 anos em Cavalcante, Goiás. **Página 10**

Contato com a Redação

Telefone

62 3202-1280

E-mail

jornaldoprofessor@adufg.org.br



Cássio Tavares\*

## Nossa carreira, nossa universidade

No apagar das luzes do ano de 2012, no dia 31 de dezembro, foi publicada no *Diário Oficial da União* a Lei 12.772/2012<sup>1</sup>, que dispõe sobre as carreiras e cargos do magistério federal. O rolo compressor do executivo logrou efetivar no Congresso sua aprovação relâmpago, às vésperas do Natal.

Na Câmara dos Deputados, eliminaram-se sumariamente, em nome da urgência, todas as 76 emendas propostas, e as sete do relator foram aceitas em bloco, também sem discussão. No Senado o atropelo foi maior, pois o projeto nem sequer chegou a ser apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça e, a partir de um parecer feito às pressas<sup>2</sup>, o texto recebido da Câmara foi aprovado tal e qual. É eloquente o fato de que no referido parecer a análise do mérito do projeto se limite a dois parágrafos de cinco linhas. Eis a importância dada a nossa carreira pelo Legislativo; eis a importância dada a nosso Legislativo pelo pragmatismo gerencial que domina o Estado Brasileiro. E está posta nossa carreira para o horizonte visível: este o nosso futuro, esta a nossa vida. Quais foram os ganhos? Quais os prejuízos?

As manchetes sobre a matéria, geralmente muito parecidas, às vezes idênticas, alardeiam o ganho salarial<sup>3</sup>. De fato, se a inflação permanecer nos limites enunciados pelo governo, haverá até 2015, para quem está na ativa, recuperação do valor salarial real de 2010. Outros ganhos alegados à época da greve pelos defensores do acordo de que resultou o PL são bem mais duvidosos. O suposto encurtamento da carreira, por exemplo, não é real: a carreira será mais longa para quase todo mundo – para um doutor, por exemplo, o curso da carreira será cinco anos mais longo (três como auxiliar e dois como associado 4, que deixa de ser o topo da carreira).

No mais, a carreira permanecerá desestruturada: a malha salarial não guarda proporção entre remuneração e horas trabalhadas – feição esdrúxula e com efeito indefensável; e a aparente racionalidade da estrutura de classes e níveis é desmentida tanto pela malha salarial quanto pelas regras de desenvolvimento na carreira. A progressão pode em alguns casos implicar aumento salarial irrisório, inferior a 1% (o que na prática significa permanecer num mesmo patamar por quatro anos) e em outros beirar ou bater os 5% (índice que parece sensato, mas não faz sentido entre níveis quando uma promoção entre classes pode corresponder a reajustes menores que isso). Ou seja, há uma estrutura nominal hierarquizada em classes e níveis, mas a valorização desproporcional

das transições converte a estrutura toda em aparência vazia.

Quanto às regras de desenvolvimento na carreira, reza a nova lei (Art. 12) que elas são de competência do MEC ou do Ministério da Defesa, “conforme a subordinação ou vinculação das respectivas IFE”, de modo que se há um GT sobre o tema, ele não tem autoridade legal para reverter os planos do governo. Eis os planos: nos segregar em dois tipos de docentes – os que atuam na pós-graduação e são pesquisadores (com acesso prioritário a bolsas e financiamento) e aqueles que dão aulas na graduação e de preferência não farão pesquisa (pois o racional é concentrar os recursos). Aqueles devem ser bem pagos, estes não.

Essa lógica, aliás, já está implantada na malha salarial aprovada pelo Congresso e alardeada na mídia: a estrutura remuneratória oferece ganhos salariais muito pequenos durante boa parte da carreira (potencialmente mais de dezesseis anos, no mínimo onze), depois da qual haveria, mas apenas para uma fração dos docentes, um grande salto salarial – superior, no regime de Dedicção Exclusiva, a todos os aumentos acumulados desde o ingresso na carreira! Eis a recompensa – a cenoura na ponta da vara posta à frente do asno: instaura-se a corrida, o matar ou morrer em nome da ascensão. É esse o princípio, afinal, que (com auxílio da ginástica orçamentária para não reduzir salários em certas classes e níveis prejudicados na proposta inicial do governo) explica o caos de índices inflados e irrisórios que se intercalam nas tabelas.

Vem desse princípio a necessidade de uma cláusula de barreira no acesso à classe de associado, à qual devem ascender somente aqueles docentes vinculados já há algum tempo a um programa de pós-graduação. É só uma questão de tempo para que esse critério já de antes defendido pelo governo se imponha por meio do ato ministerial previsto na lei. O efeito global dessa barreira para o trabalho docente e para a universidade só pode ser bem avaliado se considerarmos que não há nem pode haver programas suficientes para que todos tenham a possibilidade de atuar na pós-graduação, havendo cursos, unidades, e até *campi* em que esta não existe, às vezes inclusive por contingências externas, alheias ao controle dos docentes individuais ou mesmo da instituição. O que será, afinal, desses cursos, unidades ou *campi*?

A conjugação precisa atual de políticas de remuneração e de avaliação revela um projeto de universidade que pretende segregar a produção e a reprodução do conhecimento, objetivando massificar a última a custo reduzido e valorizar a primeira

apenas em setores privilegiados do meio acadêmico. Assim, os cursos, unidades e *campi* referidos acima se cristalizarão como escolas de terceiro grau, só residualmente envolvidas em pesquisa e em tudo opostas aos “centros de excelência”, aos quais se destinará o grosso dos recursos públicos. Embora isso possa parecer eficiente, é contrário à qualidade do conjunto.

Em essência, um doutor é um pesquisador autônomo certificado; um mestre, um pesquisador em formação adiantada. Considerando que os docentes das Ifes são quase todos doutores ou mestres, não oferecer a todos iguais condições de pesquisa é sacrificar o potencial acadêmico de muitos. De fato, o acirramento da competição não promove a excelência no sentido de incrementar a qualidade global: ao contrário, sendo estreito o funil, muitos talentos ficarão mal aproveitados. O efeito global é que o topo da pirâmide terá excelência garantida ao custo de uma piora na média. Só que a vanguarda da academia é já sempre excelente!...

Ademais, a lógica concorrencial é contrária ao espírito do trabalho acadêmico, que produz muito mais e melhor se a dinâmica é colaborativa. O Projeto Genoma é um exemplo. Quando impera a competição, por outro lado, os cientistas tendem a ocultar seus resultados parciais, a fim de ganhar tempo e garantir a “posse” do grande “avanço” que virá – atitude que, é claro, retardará o avanço. O prejuízo é da ciência e da própria universidade.

Enfim, esse modelo de universidade é ruim para a qualidade tanto da pesquisa quanto do ensino, porque tende a isolá-los, quebrando a continuidade e a sinergia entre graduação e pós-graduação, e porque, na sua definição implícita de *mérito*, confunde “fazer bem feito” com “vencer uma corrida de obstáculos”. E, nos tais “centros de excelência”, virtualmente extinguirá a extensão, de vital importância numa sociedade tão plena de carências como a nossa.

Nada direi da relativização da DE, do crescente controle privado nas Ifes sobre as forças de pesquisa, etc. Devo ficar por aqui. Está aí em esboço o quadro da Lei 12.772/2012. Esse é o nosso futuro, essa a nossa vida. Por enquanto.

1 - Ver: [migre.me/ded8j](http://migre.me/ded8j)

2 - Parecer 1681/2012 do Plenário (em substituição à CCJ): [migre.me/dedaA](http://migre.me/dedaA)

3 - Para não citar muitas, comparem-se apenas estas: Portal de Notícias (Senado Federal), 18/12/2012 – [migre.me/dedcN](http://migre.me/dedcN); e *Jornal do Professor* 3, p. 3 (este mesmo jornal do nosso sindicato) – [migre.me/dedfa](http://migre.me/dedfa)

\*Doutor em Letras (USP), pós-doutor em Letras (UnB), professor da Faculdade de Letras (FL)

# Adufg

17ª Diretoria Executiva  
Sindicato dos Docentes das  
Universidades Federais de Goiás

Rosana Maria Ribeiro Borges  
Presidente

José Wilson Nerys  
Vice-presidente

Elias Nazareno  
Diretor Secretário

Bartira Macedo  
Diretora Adjunta Secretária

Beneval Rosa  
Diretor Administrativo

Flávio Alves da Silva  
Diretor Adjunto Administrativo

Antônio César de Oliveira  
Diretor Financeiro

Lucilene Maria de Sousa  
Diretora Adjunta Financeira

Carlos Alberto Tanezini  
Diretor para Assuntos dos  
Aposentados e Pensionistas

Rui Yamada  
Diretor Adjunto para  
Assuntos dos Aposentados e  
Pensionistas

## Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO  
DOS DOCENTES DAS  
UNIVERSIDADES  
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO II – Nº 4 – JANEIRO/  
FEVEREIRO 2013

Projeto idealizado por  
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Editora responsável  
Alessandra Faria (JP01031/GO)

Editor e repórter  
Macloys Aquino (FENAJ 02008/GO)

Projeto gráfico e diagramação  
Cleomar Nogueira

Estagiários  
André Albuquerque, Cristine  
Cidade e Frederico Oliveira

Publicação mensal

Tiragem  
2500 exemplares

Impressão  
Flexgráfica

Contato  
[jornaldoprofessor@adufg.org.br](mailto:jornaldoprofessor@adufg.org.br)

9ª Avenida, 193, Leste Vila  
Nova - Goiânia - Goiás

Fone: (62) 3202-1280  
Produção e edição  
Assessoria de comunicação  
da Adufg Sindicato



## OPINIÃO DO LEITOR

• Ao percorrer as páginas do **JP** (dezembro de 2012), entendo que, longe de ele significar uma ideologia da Adufg, de seus dirigentes, deve antes representar uma forma de “média ponderada” dos filiados do sindicato, enquanto docentes em atividade, ou enquanto aposentados (e até pensionistas). Aposentados que às vezes se escondem em seu distanciamento da atividade acadêmica.

Eis uma das razões por que me parece que, por exemplo, o depoimento do professor Horieste Gomes não deveria só explicitar a sua situação de “perseguido político”, mas também a sua presença na Suécia ou sua atividade radical diante da transposição do Rio São Francisco.

Respeito o curso de Física, só que a afirmação de que a Física está em ascensão pode significar ufanismo, utopia. Espero que a Física Médica, já implantada, obtenha pleno sucesso. É fundamental que haja uma articulação com o Hospital das Clínicas.

Aguardo atividades mais críticas de três unidades: Educação, Filosofia e Comunicação.

Não quero me sobrepor às ideias de colegas em plena efervescência docente. Quero colaborar, mesmo que minhas ideias sejam ultrapassadas ou retrógradas.

**Hélio Furtado do Amaral**, professor aposentado (na classificação autoritária do Siape: CLT. Excluído do universo dos docentes), por carta.

• Parabéns a toda a equipe. O **JP** está ótimo: atualizado, bem feito, bem escrito e bem editado. Saudação especial à professora Rosana Borges (presidente da Adufg Sindicato) e ao professor Juarez de Maia (coordenador do curso de Jornalismo – Facomb).

**Reynaldo Rocha**, jornalista, integrante da primeira turma de Jornalismo da UFG (1968-1971), por email.

• Parabéns pela edição ágil, textos objetivos e variedade de matérias. Em sua 3ª edição o **JP** se apresenta como o melhor veículo de comunicação atualmente na UFG.

**Anderson de Paula Borges**, professor da Faculdade de Filosofia, por email.

• Agradeço o envio das edições do **Jornal do Professor**. Parabéns pelo trabalho que vocês estão realizando.

**Fernanda Belo**, professora da Educação, Câmpus Catalão, por email.

## ERRAMOS

• Na reportagem “Excepcional momento da Física”, o correto é Fernilab (Chicago, EUA) e não Serni Lab, como foi publicado na versão impressa.

• Na reportagem “Violência e alegria no palco”, o diretor do longa-metragem *Stroszek* é Werner Herzog e não Vladimir Herzog.

• O senador Randolfe Rodrigues (AP) é do PSOL e não do PT, como foi publicado na reportagem “Aprovado projeto que reajusta salários em até 40%”.

# Direito defende interesses de comunidade quilombola

Maria Cristina Tarrega luta contra situação histórica que destituiu descendentes de escravos de condições dignas de sobrevivência

O direito – ou a ordem jurídica nas suas mais diversas formas, as leis, as decisões – como gerador da invisibilidade de descendentes de povos escravizados perante o Estado, a Constituição.

É contra essa estrutura, que se solidificou ao longo da história no Brasil, que a professora Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega luta com as armas também do próprio direito.

Desde 2009, a professora da Faculdade de Direito frequenta a comunidade quilombola Kalunga, em Cavalcante, Goiás, e desenvolve projetos para tornar as quase duas mil pessoas cidadãs e proprietárias das terras que ocupam há mais de 200 anos.

Não é fácil. A memória de exploração e maus tratos ainda se inscreve no cotidiano. Além da dificuldade da posse sobre a própria terra, são famílias sem acesso mínimo a aparelhos públicos como saúde e educação.

“Primeiro, a ordem jurídica assegurou a licitude da escravidão e a coisificação da pessoa escravizada (que participou da economia na condição de mercadoria). Depois, tirou-lhe o valor mercantil sem garantir-lhes a condição de ser humano com mínimo de vida digna. E isso se arrasta até hoje, com pouquíssimos avanços”, verifica Maria Cristina.

## Miséria

O trabalho da professora se insere num pesado jogo de resistências movido por grupos com interesses diversos sobre os kalungas e as terras que ocupam.

“A miséria gera dependência, sobretudo política. Na área demarcada, há proprietários de terras e pessoas que se apossam buscando futuras indenizações. Há garimpo. Por outro lado, a pobreza atrai interesses daqueles que buscam levantar recursos públicos em projetos”.

Maria Cristina denuncia que muitos desses recursos não chegam e que os quilombolas acabam se transformando em eternos objetos de estudo. “Há os que são atraídos pelo modo de vida peculiar e que entendem que a preservação da miséria é a preservação da cultura”, critica.

A saída é entrar com a estrutura da universidade na luta. A professora orienta monografias e dissertações de mestrado com estudos na área. O mestrado em Direito Agrário há décadas trabalha com a comunidade Kalunga – o professor



Maria Cristina (esq.) cumprimenta membro de comunidade kalunga em Cavalcante

e advogado Aldo Asevedo Soares teve importante papel na regularização fundiária do grupo.

“Nos (universidade) temos obrigações perante a comunidade. A UFG é enorme. Temos muito a lhes oferecer nas nossas ações de ensino, pesquisa e extensão, sobretudo porque lhes falta quase tudo”, diz a professora.

A UFG oferece vagas específicas para quilombolas no vestibular. “Mas podemos avançar proporcionando-lhes mais qualidade nos ensinamentos fundamental e médio”, ressalta. Na pesquisa e extensão, há o trabalho do Direito pela regularização fundiária e a discussão sobre a possibilidade de criação de arranjo produtivo local.

Nas Artes Visuais, há projeto que os ajuda a resgatar suas manifestações culturais. Há ainda a implantação do gado curreleiro pela Escola de Veterinária. “Creio que podemos fazer muito mais, para que eles tenham a vida digna constitucionalmente assegurada aos cidadãos, que se concretiza nos muitos direitos fundamentais como a saúde, a educação, a cultura, a propriedade, o acesso aos bens públicos em geral, as diversas liberdades”.

## SAIBA MAIS

### Sujeito de direito

A dificuldade histórica para que quilombolas passem a ser vistos pelo Estado como cidadãos vem da ideia de que “sujeito de direito” é um conceito construído na modernidade a partir dos princípios do liberalismo econômico.

Os códigos da modernidade passaram a definir o sujeito a partir do interesse do direito privado – o homem capaz de realizar negócios, o homem proprietário encarregado da circulação de riquezas.

“Essa noção vai se ampliando, novos sujeitos vão sendo incorporados, mas sempre à medida que participam do jogo das trocas. Os kalungas não foram muito interessantes nesta perspectiva, porque são pobres, afrodescendentes, porque vivem à sua maneira”, explica a professora Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega.

## SALÁRIOS

# Por dentro da reestruturação da carreira

Reajustes, que variam de 25% a 40%, começam a ser aplicados em março e ocorrerão em três parcelas – 2013, 2014 e 2015. Associados podem requerer reposicionamentos

Pela Lei 12.772, sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 28 de dezembro de 2012, os reajustes salariais dos professores das instituições federais de ensino superior variam de 25% a 40% e serão aplicados a partir de março deste ano. Os reajustes ocorrerão em três parcelas, sendo 40% em 2013, 30% em 2014 e 30% em 2015.

A reestruturação da carreira é efeito do acordo, realizado em julho do ano passado, entre a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes-Federação) e o governo federal, em consequência da greve da categoria, realizada em 2012.

O maior aumento previsto, de 40%, será para o professor titular com dedicação exclusiva, o que eleva o atual vencimento de R\$ 12 mil para R\$ 17 mil. Já um professor com doutorado recém-ingressado na carreira passa a receber R\$ 8,4 mil durante o estágio probatório e, após três anos, R\$ 10 mil.

## Associados

A lei prevê que professores associados da ativa podem se reposicionar no nível, conforme tempo de obtenção de título de doutoramento e após pro-

cedimento interno de avaliação de desempenho. O reposicionamento dá direito a incrementos na remuneração. Os pedidos devem ser feitos em até 90 dias a contar da data de publicação da lei, ou seja, até 28 de março de 2013.

Os reposicionamentos aos níveis 2, 3 e 4 correspondem a 17 anos, 19 anos e 21 anos de obtenção de título de doutoramento, respectivamente. O pedido deve ser feito na secretaria da unidade.

## Aposentados

Os dispositivos do novo plano de carreiras se aplicam aos aposentados e pensionistas (com exceção dos reposicionamentos a associados). Diz a lei que os vencimentos serão aplicados à situação em que o servidor se encontra na data da aposentadoria, ou em que se originou a pensão.

Servidores aposentados poderão ser nomeados para cargos de direção da instituição de ensino. Servidores públicos federais não pertencentes ao quadro permanente da instituição também poderão ser nomeados, inclusive para funções gratificadas, respeitado o limite de 10% do total dos cargos.

Confira a seguir as tabelas com salários correspondentes aos cargos do magistério superior, além das retribuições por titulação.

## TABELAS DE REMUNERAÇÃO

### VENCIMENTO BÁSICO

– A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2013

CLASSE	NÍVEL	VENCIMENTO BÁSICO EM R\$		
		REGIME DE TRABALHO		
		20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
Titular	1	2.584,28	3.937,63	6.042,34
Associado	4	2.516,23	3.802,56	5.834,89
	3	2.483,09	3.737,02	5.733,71
	2	2.450,89	3.673,36	5.635,45
	1	2.447,10	3.666,51	5.625,24
Adjunto	4	2.224,05	3.224,68	4.304,72
	3	2.187,19	3.159,83	4.205,81
	2	2.151,22	3.096,70	4.109,39
	1	2.039,91	2.959,02	4.015,41
Assistente	2	1.988,85	2.858,53	3.849,74
	1	1.963,39	2.809,26	3.762,54
Auxiliar	2	1.938,65	2.761,39	3.677,52
	1	1.914,58	2.714,89	3.594,57

– A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2015

CLASSE	NÍVEL	VENCIMENTO BÁSICO EM R\$		
		REGIME DE TRABALHO		
		20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
Titular	1	3.019,13	4.355,79	6.684,00
Associado	4	2.900,70	4.206,37	6.454,52
	3	2.842,65	4.133,87	6.342,60
	2	2.785,73	4.063,45	6.232,15
	1	2.729,93	4.055,87	6.222,60
Adjunto	4	2.491,01	3.561,24	5.104,69
	3	2.466,35	3.526,47	5.054,15
	2	2.441,93	3.442,05	5.004,11
	1	2.347,75	3.277,97	4.954,56
Assistente	2	2.197,96	3.162,10	4.504,15
	1	2.176,19	3.067,48	4.459,55
Auxiliar	2	2.060,86	2.907,08	4.054,14
	1	2.018,77	2.814,01	4.014,00

### RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO

– A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2013

• Regime de 20 horas semanais

– A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2014

CLASSE	NÍVEL	VENCIMENTO BÁSICO EM R\$		
		REGIME DE TRABALHO		
		20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
Titular	1	2.801,70	4.146,71	6.363,17
Associado	4	2.708,47	4.004,47	6.144,71
	3	2.662,87	3.935,45	6.038,15
	2	2.618,31	3.868,40	5.933,80
	1	2.588,51	3.861,19	5.923,92
Adjunto	4	2.357,53	3.392,96	4.704,71
	3	2.326,77	3.343,15	4.629,98
	2	2.296,57	3.269,38	4.556,75
	1	2.193,83	3.118,50	4.484,99
Assistente	2	2.093,40	3.010,32	4.176,95
	1	2.069,79	2.938,37	4.111,05
Auxiliar	2	1.999,75	2.834,24	3.865,83
	1	1.966,67	2.764,45	3.804,29

CLASSE	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
		APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
Titular	1	198,50	441,18	921,92	1.533,03
Associado	4	197,20	436,80	812,19	1.351,17
	3	195,50	415,80	770,83	1.226,87
	2	194,10	405,26	757,03	1.157,96
	1	192,71	401,23	746,99	1.125,43
Adjunto	4	187,05	229,85	546,97	1.000,49
	3	175,12	219,38	529,49	972,47
	2	167,52	207,67	513,27	948,13
	1	82,29	197,48	497,32	917,13
Assistente	2	74,43	183,76	472,55	837,82
	1	73,58	173,22	457,74	823,54
Auxiliar	2	72,59	161,35	443,28	802,60
	1	69,82	152,35	428,07	785,93

• Regime de 40 horas semanais

CLASSE	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
		APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
Titular	1	211,64	528,22	1.387,22	2.756,08
Associado	4	186,80	525,40	1.220,66	2.515,50
	3	184,50	523,10	1.199,45	2.436,53
	2	182,85	520,50	1.195,44	2.385,67
	1	181,78	518,19	1.192,68	2.364,04
Adjunto	4	146,85	430,10	1.030,63	2.301,31
	3	143,82	416,93	997,75	2.238,26
	2	140,87	403,96	970,44	2.181,00
	1	137,99	391,29	941,93	2.123,32
Assistente	2	131,60	353,14	918,68	2.041,45
	1	126,94	330,22	905,31	1.995,64
Auxiliar	2	118,09	294,46	867,31	1.965,32
	1	110,22	253,13	835,05	1.934,76

• Regime de Dedicção Exclusiva

CLASSE	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
		APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
Titular	1	575,20	994,60	3.293,40	7.747,80
Associado	4	553,89	976,50	3.155,10	7.619,34
	3	535,96	961,25	3.154,25	7.322,48
	2	522,60	945,87	3.153,36	7.204,30
	1	511,60	933,12	3.151,25	6.987,79
Adjunto	4	332,51	679,30	2.501,25	4.994,99
	3	322,76	641,40	2.403,19	4.860,74
	2	314,89	602,82	2.332,03	4.730,14
	1	307,26	568,27	2.261,88	4.603,12
Assistente	2	292,85	533,95	2.008,63	4.486,67
	1	285,84	519,87	1.945,10	4.473,70
Auxiliar	2	279,05	507,80	1.916,09	4.465,66
	1	272,46	496,08	1.871,98	4.455,20

**RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO**

– A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2014

• Regime de 20 horas semanais

CLASSE	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
		APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
Titular	1	198,50	441,18	921,92	1.533,03
Associado	4	197,20	436,80	812,19	1.351,17
	3	195,50	415,80	770,83	1.226,87
	2	194,10	405,26	757,03	1.157,96
	1	192,71	401,23	746,99	1.145,43
Adjunto	4	187,05	229,85	566,97	1.030,49
	3	175,12	219,38	529,49	1.002,47
	2	167,52	207,67	513,27	968,13
	1	82,29	197,48	497,32	917,13
Assistente	2	74,43	183,76	487,55	877,82
	1	73,58	173,22	457,74	823,54
Auxiliar	2	72,59	161,35	443,28	802,60
	1	69,82	152,35	428,07	785,93

• Regime de 40 horas semanais

CLASSE	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
		APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
Titular	1	211,64	547,75	1.387,22	2.906,08
Associado	4	205,85	546,95	1.220,66	2.595,50
	3	204,15	545,85	1.199,45	2.536,53
	2	202,85	544,25	1.195,44	2.520,67
	1	201,78	543,19	1.192,68	2.510,25
Adjunto	4	146,85	430,10	1.070,63	2.450,68
	3	143,82	416,93	997,75	2.315,20
	2	140,87	403,96	970,44	2.285,87
	1	137,99	391,29	941,93	2.189,50
Assistente	2	131,60	353,14	918,68	2.111,45
	1	126,94	330,22	905,31	2.025,64
Auxiliar	2	118,09	294,46	867,31	1.965,32
	1	110,22	253,13	835,05	1.934,76

• Regime de Dedicção Exclusiva

CLASSE	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
		APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
Titular	1	838,46	1.427,12	3.293,40	9.592,90
Associado	4	656,77	1.106,48	3.155,10	8.914,38
	3	653,42	1.079,36	3.154,25	8.499,36
	2	650,95	1.052,98	3.153,36	8.076,97
	1	563,78	997,67	3.151,25	7.680,58
Adjunto	4	462,05	803,71	2.501,25	5.668,86
	3	438,29	771,14	2.403,19	5.430,55
	2	413,36	749,12	2.332,03	5.203,58
	1	401,09	716,91	2.261,88	5.051,87
Assistente	2	377,95	711,25	2.035,40	4.651,67
	1	375,93	659,70	2.020,25	4.628,98
Auxiliar	2	373,14	635,66	2.016,09	4.614,91
	1	351,49	608,22	1.931,98	4.540,35

**RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO**

– A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2015

• Regime de 20 horas semanais

CLASSE	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
		APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
Titular	1	211,34	571,89	1.177,46	2.022,81
Associado	4	210,57	562,81	905,74	1.556,01
	3	205,83	556,89	879,36	1.510,69
	2	201,24	543,45	853,74	1.466,69
	1	196,77	535,58	828,88	1.423,97
Adjunto	4	187,44	230,05	637,60	1.095,36
	3	175,17	220,50	595,89	1.023,70
	2	168,13	208,10	556,90	1.007,89
	1	97,05	197,75	540,68	997,13
Assistente	2	92,42	193,50	514,94	989,55
	1	92,06	173,70	512,88	971,36
Auxiliar	2	91,33	164,39	508,81	968,99
	1	86,16	155,08	480,01	964,82

• Regime de 40 horas semanais

CLASSE	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
		APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
Titular	1	265,75	614,97	1.476,87	3.503,82
Associado	4	264,25	613,97	1.294,36	2.997,68
	3	259,69	612,37	1.242,33	2.846,85
	2	247,75	611,77	1.233,26	2.691,05
	1	219,46	587,98	1.227,34	2.687,96
Adjunto	4	208,67	521,68	1.222,23	2.682,95
	3	204,58	511,46	1.198,27	2.630,34
	2	200,57	501,43	1.174,77	2.578,77
	1	196,64	491,60	1.151,74	2.528,20
Assistente	2	192,78	431,96	1.129,15	2.478,63
	1	190,87	427,18	1.117,97	2.454,09
Auxiliar	2	178,39	395,97	1.044,84	2.330,79
	1	168,29	370,72	985,69	2.329,40

• Regime de Dedicção Exclusiva

CLASSE	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
		APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
Titular	1	937,46	1.495,39	3.628,48	10.373,74
Associado	4	739,64	1.236,45	3.288,57	9.009,93
	3	706,88	1.197,47	3.154,25	8.512,98
	2	683,30	1.160,08	3.153,36	8.085,35
	1	565,95	1.032,22	3.151,25	7.692,01
Adjunto	4	466,36	812,88	2.501,25	5.847,50
	3	439,97	781,02	2.403,19	5.516,51
	2	415,06	772,66	2.332,03	5.204,25
	1	402,97	717,60	2.261,88	5.052,67
Assistente	2	380,16	715,66	2.035,40	4.816,67
	1	377,15	666,66	2.020,25	4.784,25
Auxiliar	2	374,15	660,44	2.016,09	4.764,16
	1	352,98	616,83	1.931,98	4.625,50

# ‘Não aceitamos a universidade como um castelo fechado’

## Quem é quem

**Eduardo Rolim de Oliveira**  
Bacharel em Química pela UFRGS, mestre em Química pela UFRGS e Doutor em Farmacoquímica pela Université Paris XI, na França. Professor Associado III do Departamento de Química Orgânica do Instituto de Química da UFRGS. Presidente do Proifes-Federação (2012-2014)

**Hélio Furtado do Amaral**  
Graduado em Filosofia e Especialista, professor titular aposentado, ex-chefe do Departamento de Comunicação e ex-presidente do Colegiado de Curso de Comunicação Social. Um dos fundadores e primeiro presidente da Adufg Sindicato

*Em entrevista ao professor Hélio Furtado do Amaral, o presidente da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes-Federação), Eduardo Rolim, dá detalhes da negociação com o governo federal que resultou na nova lei do magistério superior, fala da divergência com outras correntes sindicais docentes e aponta para a consolidação da federação na luta em defesa dos professores. A entrevista foi realizada por email*

**Hélio Furtado do Amaral - Por que o acordo com o governo, que resultou na Lei 12.772/2012, foi positivo?**

**Eduardo Rolim** - Em termos salariais o acordo é considerado por todas as entidades sindicais como o melhor acordo que os servidores federais tiveram em 2012. Enquanto a maioria deles terá apenas três parcelas de 5%, em um total de 15,8% em 2015, os docentes terão em média, apenas em 2013, cerca de 16%. Mais importante ainda, os valores acordados recuperam os salários de julho de 2010, que são os maiores salários, em termos reais, de toda a série histórica desde 1995 (implantação do Real). Todos os professores terão a recuperação das perdas inflacionárias de 2010 a 2013, com aumento mínimo de 13% em 2013 e de 25% em 2014 (comparados aos valores de hoje), podendo chegar até 44% em 2015. Ou seja, os professores são os únicos servidores federais que nesta quadra histórica conseguiram, além de recuperar perdas, ter, na maioria dos casos, aumentos reais, mantendo até 2015 seu poder de compra alcançado em 2010, em outro acordo firmado em 2007 pelo Proifes. Mas não é apenas em termos salariais que a reestruturação das carreiras é boa. O perfil salarial será melhor, com o aumento percentual do vencimento básico sobre a remuneração total e com a equiparação plena das duas carreiras, de Magistério Superior (MS) e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), que agora comporão o mesmo Plano de Carreiras do Magistério Federal, uma conquista só comparável ao PUCRCE, de 1987. Do ponto de vista do incentivo à progressão na carreira, além do aumento no teto salarial, que será maior que R\$ 17 mil em 2015, houve mudanças importantes, além da manutenção da promoção acelerada, em relação à qual as outras entidades eram contrárias juntamente com o governo, mas que pelo acordo, os professores contratados, se doutores ou mestres, após o estágio probatório poderão ir para adjunto ou assistente, sendo que todos entrarão em auxiliar. Mas é bom que se ressalte: um novo doutor auxiliar 1 ganhará mais que o atual doutor adjunto 1. Uma mudança muito importante é que a passagem para titular deixa de ser um concurso e passa a ser uma promoção, com regras próprias, que estão em debate em Grupo de Trabalho composto pelo Proifes-Federação, pelos reitores e o governo. Todos os professores associados que tiverem mérito poderão pleitear sua passagem para titular, o que faz com a chegada ao topo passe a valorizar o trabalho desenvolvido pelo docente em toda a sua vida laboral, e não seja restrito a poucos como é hoje, onde mesmo que o professor tenha méritos, seja líder em pesquisa, não pode atingir o topo, se não houver vagas para isso. Em suma, os professores ativos e aposentados das duas carreiras são igualmente valorizados, respeitando-se as especificidades de ambas. O GT, que funciona desde setembro de 2012, está debatendo os temas pendentes e que não foram acordados agora, além de estar definindo, de forma inédita, as diretrizes gerais de progressão e promoção, que sempre foram ditadas sem discussão pelo MEC. Enfim, o acordo trouxe valorização salarial, respeito à autonomia das IFES e mecanismos de estímulo à progressão e qualificação, que são muito importantes para os professores, para as universidades, institutos federais e para o País.

**Hélio** - Há aspectos negativos? Quais?

**44%**  
é o índice de aumento a que pode chegar o salário de professores em 2015



Cristine Cidade

Professor Hélio Furtado do Amaral fez perguntas sobre os benefícios da carreira aos aposentados e quanto à representatividade do Proifes-Federação em âmbito nacional

**Eduardo** - Há sim, como em todo processo negocial, há pontos em que não se consegue avançar e pontos com os quais não concordamos, mas que são compensados pelo conjunto dos avanços, e por conta disso, aceita-se o acordo apesar deles. Não conseguimos estender aos aposentados doutores o reenquadramento que negociamos para os associados, tema que também está em debate no GT. Não conseguimos na carreira de MS o mesmo princípio de que todos os professores possam progredir até o topo da carreira, independente de titulação. Mas não houve nenhum retrocesso em relação ao que existe hoje, apenas doutores podem ir até associado, mas todos podem ir até adjunto, como defendido em Goiás pela Adufg, ao contrário do que pretendia o governo, de que apenas doutores progredissem para esta classe. Mas não tenho dúvidas em afirmar que o acordo é muito positivo para os professores, e que todos os servidores públicos gostariam de ter um acordo como esse.

#### **Hélio - A lei contemplou todos os aspectos do acordo com o Proifes?**

**Eduardo** - Um sindicato (ou uma federação, o que é o nosso caso) sabe que ao sentar à mesa de negociação terá os avanços que sua mobilização e a correlação de forças que a sociedade permitir. Sabe que negociar é propor e eventualmente aceitar acordos que não contemplam todos os aspectos de sua proposta. Só os simulacros de sindicatos é que acreditam (ou dizem que acreditam) que negociar é fazer suas propostas e só assinar acordos se o go-

verno aceitar tudo o que foi proposto, como se tudo fossem princípios. Quem transforma toda a sua proposta em princípios inegociáveis são os partidos e não os sindicatos. O Proifes tinha uma proposta que avançava bem mais

# 15,8%

é a média projetada para aumentos de todos os servidores federais até 2015

no que foi acordado, mas sabemos que chegamos a um bom acordo, que foi considerado o melhor acordo que todos os servidores tiveram em 2012. Queríamos mais, mas entendo o processo de negociação como um processo contínuo. Fizemos um bom acordo e estamos já negociando no GT com o governo e com reitores temas pendentes e outros novos, que envolvem regras para promoção para titular,

novos programas de capacitação para os professores, qualidade na expansão das universidades e institutos federais e seus problemas, como estímulo à difícil lotação e auxílio-transporte. Em essência, a lei reflete o acordo em todos os pontos, mas o processo de negociação ganharia muito se o governo aceitasse negociar também os termos finais do PL a ser enviado ao Congresso, coisa que nunca faz, e nos obriga, como obrigou neste ano, a buscar com os parlamentares algumas correções e aprimoramentos, que foram feitos.

#### **Hélio - Houve divergências do Proifes com o Ministério do Planejamento?**

**Eduardo** - Muitas, na medida em que o MPOG se pauta sempre pelo impacto orçamentário, que tenta sempre diminuir ao máximo. A proposta original do Proifes tinha um impacto de R\$ 7,8 bilhões/ano e acabamos negociando um acordo com um impacto de

R\$ 4,3 bilhões/ano, que parece pouco, mas foi de longe o maior aporte para todos os servidores e corresponde a cerca de 30% da folha atual, que gira perto dos R\$ 12 bilhões/ano. O MPOG sempre foi refratário a uma equiparação efetiva entre as duas carreiras (MS e EBTT), no que foi convencido por nós a aceitar. Sempre foi refratário a reenquadrar os aposentados. Mas podemos dizer que a principal dificuldade na negociação com o MPOG é na vinculação automática da Retribuição por Titulação (RT) ao vencimento básico, que foi e continua sendo a proposta do Proifes e que avança com muita dificuldade, e será sem dúvida a grande mudança que devemos defender na nova negociação de reestruturação de carreira para implementação a partir de 2015, pois é preciso entender que nada acabou com este acordo e com a Lei 12.772, a luta sindical não se encerra nunca. Continuaremos a defender uma RT proporcional ao VB e o reenquadramento dos aposentados.

#### **Hélio - Em que pontos o PL incentiva a ascensão na carreira?**

**Eduardo** - No MS, mestres e doutores novos têm a possibilidade de promoção acelerada, após o estágio probatório, o que no EBTT se estende também aos especialistas. Mas o principal estímulo é que todos os professores associados (no MS) ou D-IV (no EBTT) poderão, se tiverem mérito, ser promovidos a titular, através de um processo próprio, com uma banca especificamente criada para isso, que leva em conta a experiência e a produção de toda uma vida de trabalho na universidade. Os aumentos salariais evidentemente também são estimulantes e mesmo que corretamente diminuída, a passagem para associado ou D-IV traz grandes vantagens salariais, o que é uma motivação para que os professores se qualifiquem e produzam academicamente. Finalmente, para os novos contratados desde 2004, a diminuição dos níveis permite uma chegada mais rápida ao topo, o que é fundamental para sua aposentadoria, que não será integral, e que depende da média de seus salários na ativa.

#### **Hélio - Em que aspectos o PL atende os aposentados?**

**Eduardo** - Em 2008 os professores aposentados, graças ao acordo firmado pelo Proifes, recuperaram a paridade com os ativos, com a transformação da GED em GTMS e depois em GEMAS, gratificação incorporada em 2012, em novo

*“O acordo trouxe valorização salarial, respeito à autonomia das IFES e mecanismos de estímulo à progressão e qualificação, que são muito importantes para os professores, para as universidades, institutos federais e para o País”*

*“O Proifes tinha uma proposta que avançava bem mais no que foi acordado, mas sabemos que chegamos a um bom acordo, que foi considerado o melhor acordo que todos os servidores tiveram em 2012. Queríamos mais, mas entendo o processo de negociação como um processo contínuo”*



Assessoria/Proifes-Federação

Presidente do Proifes-Federação, Eduardo Rolim: “Quem não tem medo da maioria ouve a todos e não se encastela em processos manipulados e viciados”

*“Só os simulacros de sindicatos é que acreditam (ou dizem que acreditam) que negociar é fazer suas propostas e só assinar acordos se o governo aceitar tudo o que foi proposto, como se tudo fossem princípios. Quem transforma toda a sua proposta em princípios inegociáveis são os partidos e não os sindicatos”*

*“Em essência, a lei reflete o acordo em todos os pontos, mas o processo de negociação ganharia muito se o governo aceitasse negociar também os termos finais do PL a ser enviado ao Congresso, coisa que nunca faz, e nos obriga, como obrigou neste ano, a buscar com os parlamentares algumas correções e aprimoramentos, que foram feitos”*

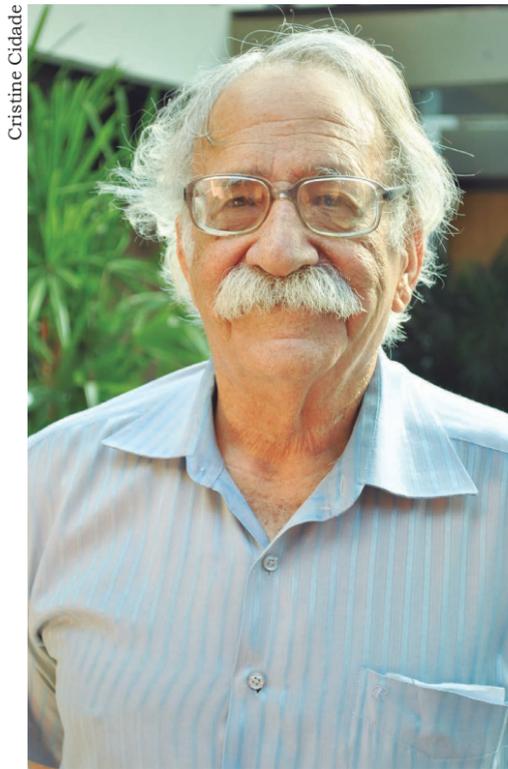
acordo firmado pelo Proifes. Isso faz com que não haja mais nenhuma diferença entre ativos e aposentados, os que se encontram na mesma situação recebem o mesmo VB e a mesma RT,

que são parcelas próprias do docente e refletem sua posição na carreira e sua titulação, o que não tem como ser retirado, como acontecia com as gratificações calculadas por avaliação, o que prejudicava os aposentados, e que acabou graças à ação do Proifes. Neste acordo se evoluiu ainda mais, com o aumento relativo do VB no total da remuneração, e teremos agora o maior VB percentual em 20 anos, o que é muito bom para os professores aposentados, que têm em média 23 anuênios, que são calculados sobre o VB. Assim, os aumentos que estão nas tabelas serão ainda maiores para os professores mais antigos, pois com o aumento percentual do VB, terão aumentos maiores dos anuênios (no contracheque chamados de ATS), que os que entraram depois de 1998 não têm. Essa tem sido a política do Proifes nestes 8 anos, equilibrar as conquistas, de sorte que os professores sejam todos

favorecidos, com alguns mecanismos mais favoráveis aos aposentados e outros aos mais jovens. É importante entender que as negociações para os docentes são muito complexas,

pois há muitas diferenças entre nós, de titulação, que os mais antigos tiveram mais dificuldade de atingir e de ganhos judiciais e de parcelas incorporadas, que os mais antigos têm, os novos não. O processo de negociação também buscou atender os futuros aposentados, sabendo-se que todos os que entraram após 2004 não terão mais aposentadoria integral (e já são mais de 50% dos professores do MS), buscou-se diminuir o número de níveis nas carreiras (com a retirada de 2 níveis de auxiliar ou D-I e assistente ou D-II), pode-se chegar mais rápido ao topo, para que a aposentadoria que será calculada pela média seja a maior possível. O aumento salarial que recuperou as perdas inflacionárias de 2010 a 2013 também é totalmente estendido aos aposentados, o que é evidentemente muito positivo para estes professores. E ainda continuarão as negociações no GT, onde um dos temas pautados é o reenquadramento dos aposentados que ficaram retidos em adjunto IV por muitos anos e que não puderam passar para associado, o que já conseguimos para

os ativos, e que por isonomia defendemos que também ocorra para os aposentados. Finalmente, a passagem dos atuais titulares, ativos e aposentados, para dentro da carreira, transformando o cargo isolado de titular em classe, é uma garantia para os aposentados de que os reajustes futuros da carreira também a eles serão estendidos. Esse é o princípio básico, aproximar cada vez mais as situações de ativos e aposentados, para que a pressão social que garante a valorização dos ativos também garanta a valorização dos aposentados.



os ativos, e que por isonomia defendemos que também ocorra para os aposentados. Finalmente, a passagem dos atuais titulares, ativos e aposentados, para dentro da carreira, transformando o cargo isolado de titular em classe, é uma garantia para os aposentados de que os reajustes futuros da carreira também a eles serão estendidos. Esse é o princípio básico, aproximar cada vez mais as situações de ativos e aposentados, para que a pressão social que garante a valorização dos ativos também garanta a valorização dos aposentados.

#### **Hélio - O Proifes tentou articulação com outros sindicatos para elaborar o PL?**

**Eduardo** - O Proifes tem debatido com os professores sua proposta de carreira há vários anos em suas instâncias. Este acordo está sendo negociado desde 2010, foi debatido em pelo menos três encontros nacionais e foi permanentemente atualizado em seu conselho deliberativo, a instância máxima da entidade, onde a Adufg tem três membros dos 22. A negociação mais efetiva iniciou em setembro de 2011, e teve várias fases, dentre elas uma grande oficina em dezembro de 2011, com a participação da Adufg, onde todas as entidades apresentaram suas propostas. As mesas de negociação se seguiram, e foram muitas, tiveram igualmente a participação de todas as entidades. O acordo não surgiu de uma hora para outra, mas ao contrário, foi objeto de muita discus-

são com aqueles com quem o Proifes entende que tem que se articular, que são os professores das universidades e dos institutos federais. Houve grande mobilização da sociedade civil, inclusive com manifestos da ABC e da SBPC. Em resumo, o Proifes debateu com todos os atores e entidades que querem negociar e avançar, e com esses houve grande articulação. Agora, com setores para os quais a negociação é apenas figura de retórica, os que apostam que acordos não aconteçam, não houve e não há como haver articulação.

#### **Hélio - Quais as divergências do Proifes com outros movimentos sindicais?**

**Eduardo** - O Proifes-Federação acredita fortemente em uma carreira que valorize a qualificação acadêmica, o mérito profissional e a dedicação ao trabalho na universidade. O Proifes sempre será contra propostas que tenham progressão sem avaliação do trabalho, que não valorizem os aspectos mais importantes do trabalho acadêmico, que é a produção de conhecimento e a relação da universidade com a sociedade, fim maior de nossa atuação. Não aceitamos que a universidade seja um castelo fechado, que a sociedade tem que financiar sem nenhuma contrapartida e sem nenhum compromisso com a formação de qualidade, com a pesquisa voltada à solução dos problemas da sociedade. Um sindicato que verdadeiramente sirva para a universidade não pode ser apenas um órgão subordinado a grupos

ou partidos políticos, que de fora tentam dirigir sua atuação, defendendo interesses outros, que não os dos professores, os da universidade e os da sociedade. O Proifes-Federação não compactua em nenhuma hipótese com este tipo de ação sindical, fechada em si mesma, e que não aceita negociar, não tem proposta efetiva e só fica repetidamente reproduzindo os mesmos discursos sempre, que não compreende a correlação de forças, as mudanças sociais e os avanços do mundo.

#### **Hélio - Alguns professores dizem que foi um acordo de fachada com o governo. Qual sua opinião sobre isso?**

**Eduardo** - Não são “alguns professores” que dizem isso, mas sim dirigentes de grupos sindicais e partidários

que até a fundação do Proifes tinham liberdade de ação e podiam impedir os professores reais, da universidade real, de avançar, de ter propostas e de

17

mil reais é novo teto salarial da carreira, a partir de 2015

4,3

bilhões de reais/ano será o impacto na folha do serviço público federal, com o acordo

negociar, o que aliás é a função própria de um sindicato, que não deve ser um partido político, que defende princípios e os coloca em debate nas eleições, dentro de um país democrático. Esses grupos, em seus sindicatos/partidos, quando levam suas propostas à sociedade, em geral recebem uma resposta irrisória nos resultados eleitorais, prova de que não representam quase nada na sociedade. Esse acordo não foi nem o primeiro e nem o segundo que o Proifes assinou. Em 2006, ainda sem a possibilidade de assinatura, o Proifes negociou a criação da classe de associado, permitindo a progressão de milhares de professores ativos que estavam represados em adjunto IV há anos. Em 2007 o Proifes assinou o melhor acordo que os professores tiveram em mais de 20 anos, com, entre outros elementos, a recuperação da paridade entre aposentados e ativos, que fora perdida em 1998, muito antes da fundação do Proifes, além de uma expressiva recuperação salarial e a recuperação da carreira docente como elemento de incentivo à progressão e à produção na universidade. Em 2008 criamos em outro acordo a carreira de EBTT, grande avanço para os professores da antiga carreira de 1º e 2º graus, o que parecia uma utopia. Em 2011 assinamos um acordo emergencial que além de pequena recuperação salarial (4%), trouxe a incorporação da GEMAS e da GEDBT, as últimas gratificações que existiam nas carreiras. E finalmente, este último acordo em 2012, que recupera as perdas inflacionárias, reestrutura as carreiras e dá uma efetiva valorização salarial aos professores, reconhecido por todas as entidades de servidores como o melhor acordo de 2012. Ou seja, o Proifes já há muitos anos constrói junto com os professores os acordos que recuperaram o poder salarial e a valorização dos professores, o que é reconhecido em todo o País. O que as outras entidades têm que explicar é por que só assinaram o pior destes acordos, que foi o de 2011, o único com reajuste abaixo da inflação. Qual a lógica disso? O Proifes sabe bem porque assinou todos estes acordos, o bem dos professores, a valorização da carreira e a qualificação da universidade, dentro da correlação de forças possível e da mobilização existente, como os sindicatos de verdade sempre fizeram na história.

**30%**  
da folha do funcionalismo federal é destinada às carreiras da educação superior

**12**  
bilhões de reais/ano é o total da folha de pagamento do serviço público federal



### Hélio - O Proifes é representativo no contexto nacional?

**Eduardo** - O Proifes-Federação hoje é uma entidade respeitada por todo o conjunto do movimento sindical brasileiro, é a única entidade de professores federais que participa do Fórum Nacional de Educação, do qual fazem parte todas as demais entidades de professores de outras esferas, como a CNTE, a CONTEE e as entidades da sociedade civil. Lá temos travado importantes debates sobre o futuro da educação, o PNE entre outros. O Proifes foi a única entidade de professores federais que participou da negociação da ratificação da Convenção

151 da OIT, que garante a negociação coletiva aos servidores. Temos reconhecimento internacional, e junto com a CNTE e a CONTEE representamos os professores do Brasil na Internacional da Educação. Enfim, o Proifes é uma entidade dos professores que nasceu e se alimenta nos corredores das universidades e institutos federais, que define suas posições de forma transparente e democrática, através de todos os processos que os professores construíram, assembleias, plebiscitos e consultas eletrônicas, que combinados levam às decisões realmente representativas, que é o que faz a diferença. O Proifes só não é reconhecido pelos grupos que dominavam há anos o movimento docente e que desesperadamente tentam se manter nos aparelhos sindicais que servem para manter seus esquemas partidários, minoritários

na sociedade, e para isso se valem da truculência, da intimidação física e moral e do grito nas assembleias, da manipulação das decisões e de todas as formas de esvaziar os processos de decisão, para que as minorias decidam.

O Proifes-Federação é uma entidade em franco crescimento, que representa professores de universidades e institutos federais País a fora, em sindicatos de âmbito municipais, estaduais e nacional, o Proifes-Sindicato, que reúne professores do Rio Grande do Sul a Roraima. E neste ano, após a greve, a representatividade do Proifes-Federação foi reafirmada em processos plebiscitários no Ceará e no Mato Grosso do Sul, onde a maioria disse que queria sim se manter no Proifes-Federação, apesar do imenso empenho de grupos e partidos ligados a outras entidades, que inclusive com mentiras e golpes baixos tentavam convencer os professores a sair de nossa entidade. Igualmente houve eleição na Bahia, onde estes grupos foram igualmente derrotados. Tivemos a adesão dos professores da Academia da Força Aérea (AFA), de São Paulo e da nova Associação de Docentes do Piauí, que recém fundada, já se filiou ao Proifes. Mas a maior prova da representatividade foi a aprovação do acordo em plebiscito, que não foi necessariamente eletrônico, mas em urna também, em processos que envolveram no total mais de 7 mil professores em todo o País, muito mais professores ouvidos que nos processos de outras entidades que se dizem representativas, mas que evitam de todas as formas ouvir o conjunto dos professores em uma dada instituição, sabedores que são de que a maioria dos professores aprova a política séria e de busca incessante da negociação que o Proifes trouxe ao movimento docente. Quem não tem medo da maioria ouve a todos e não se encastela em processos manipulados e viciados. Após o acordo, o fim da greve foi apenas uma questão de tempo, e se fosse verdadeira a história que contam por aí, de que os professores são contra o acordo, não haveria processo que segurasse uma greve que representasse essa rejeição. O tempo é sempre o senhor da razão, e tenho certeza que o Proifes-Federação já representa a vontade de muito mais do que os 20 ou 30 mil que diretamente representa nos sindicatos já federados, e que nestes próximos anos isso se consolidará.

*“O Proifes sempre será contra propostas que tenham progressão sem avaliação do trabalho, que não valorizem os aspectos mais importantes do trabalho acadêmico, que é a produção de conhecimento e a relação da universidade com a sociedade, fim maior de nossa atuação. Não aceitamos que a universidade seja um castelo fechado”*

*“Um sindicato que verdadeiramente sirva para a universidade não pode ser apenas um órgão subordinado a grupos ou partidos políticos, que de fora tentam dirigir sua atuação, defendendo interesses outros, que não os dos professores, os da universidade e os da sociedade”*

## O amigo que está sempre ali

“Um belo dia, ainda menino, perto do Dia das Crianças, minha mãe perguntou a mim e aos meus irmãos o que gostaríamos de ganhar. Cada um pediu um ou outro presente. Eu pedi para parar de estudar piano. Aturdida com tal pedido, ela acabou concordando. Passado um ano ou dois, à medida que eu via as minhas irmãs evoluírem ao piano, fui percebendo a besteira que havia feito. Resolvi então voltar, agora por vontade própria. Estudei feito um doido nas férias e entrei no conservatório já no segundo ano. Por fim, fui o que mais avançou nos estudos. Só não me formei porque fui estudar em Moscou. Hoje o piano é um grande amigo, quase sempre esquecido, mas que está sempre lá, pronto para trabalharmos juntos e recuperar a velha amizade. Certamente será um grande companheiro na aposentadoria que aos poucos vai se aproximando”.

**Álvaro de Almeida Caparica**, professor do IF



## Extracurricular

Fora da universidade, que outras atividades podem despertar o interesse de professores? Quais seus hobbies e paixões? É o que pretende trazer essa seção criada pelo JP

### Do passatempo à pesquisa

O interesse do professor Rubem por histórias em quadrinhos (HQs) começou por outra mídia, a televisão, com desenhos animados. *SuperAmigos*, *He-Man* e *Thundercats* eram os preferidos. E o incentivo veio do pai, que comprava e lia gibis de super-heróis para o filho, antes de sua alfabetização.

O fascínio foi tamanho que, hoje, possui coleção de 2 mil gibis e centenas de bonecos de super-heróis, guardados na casa de sua mãe, em Belo Horizonte. Além disso, focou sua pesquisa acadêmica na área. “Histórias em quadrinhos na sociedade contemporânea: lazer, produção e obtenção de conhecimento na leitura das revistas de super-heróis” é o título de sua dissertação de mestrado.

“Meus trabalhos foram todos focados no leitor e na leitura de HQs de super-heróis da *Marvel* e da *DC Comics*”, diz o professor, que recentemente obteve pela Fapag aprovação de uma pesquisa para traçar o perfil do leitor desses quadrinhos em todo o estado de Goiás. Ele aproveita para pedir aos interessados em participar do projeto que entrem em contato com [rubem\\_ramos@hotmail.com](mailto:rubem_ramos@hotmail.com).

**Rubem Borges Teixeira Ramos**, professor da Biblioteconomia (Facomb)



### Potencialização da existência

“O que significa uma moto para mim? Poesia. Acelerar uma moto significa entrar em relação comigo mesmo. Ficar parado, concentrado, integrado com a máquina que sempre desafia.

A potência da máquina potencializa a minha existência. Sobre a moto, tenho que estar em perfeita sintonia, inteiro e integrado, tendo que me valer de gestos na aceleração, nos freios, na devida inclinação do corpo. Só assim consigo melhor rendimento do motor. Tenho que efetuar a mais precisa leitura do ambiente, sempre atento ao movimento da máquina, do espaço e do tempo.

A moto com que cavalgo na macieza me conduz, mas para que eu seja levado intacto ao meu destino tenho que com ela ter uma relação muito amigável, muito carinhosa. Uma relação de profundo respeito, pois ela não tem limites e eu sofro o mesmo martírio dos heróis épicos gregos: tenho a consciência de que sou um ser limitado. Um ser nascido para a morte. A motocicleta me leva à sensação de poder, domínio, até que eu vacile e me perca”.

**Goiamérico dos Santos**, professor de Publicidade e Propaganda (Facomb)



### Seresteiro cantador do Cerrado

Além das habilidades para fazer doces, como ambrosia, o professor Jefone gosta de uma seresta. Ele costuma emprestar sua voz em alguns bares, como o simples e tradicional Zé do Jiló, no Centro de Goiânia. Aos sábados de manhã, junto de amigos, canta músicas da velha guarda e batuca “os bons sambas”. “Existem músicas atuais muito boas, mas nada comparável às letras maravilhosas de compositores como Chico Buarque, Gonzaguinha, Lupicínio Rodrigues, Evaldo Gouveia e Jair Amorim, Cartola”. E continua defendendo: “As músicas do Anísio Silva, Nelson Gonçalves, Orlando Silva, Sílvio Caldas, Dalva de Oliveira... Elas cantam o amor”. O amor ao outro, à vida. Jefone cita “Felicidade”, de Lupicínio Rodrigues: “O pensamento parece uma coisa à toa / Mas como é que a gente voa / Quando começa a pensar?”. “Onde você encontra versos como este hoje?”, questiona, cantarolando Cartola: “Queixo-me às rosas / Que bobagem, as rosas não falam / Simplesmente as rosas exalam / O perfume que roubam de ti, ai...” 🎵

**Jefone de Melo Rocha**, professor do ICB



## INCLUSÃO

# Pela ruptura de visões unilaterais

Programa de Educação Tutorial, em atividade na Cidade de Goiás realiza palestras, campanhas e outras ações com discussões e reflexões sobre direitos humanos e diversidade

“Nenhuma diferença pode ser resultado de relação de poder, de homens sobre mulheres, de heterossexuais sobre homossexuais”. A desconstrução de normas sociais pré-definidas, do que é dado como aceito ou não, é o eixo de trabalho do Programa de Educação Tutorial (PET), em atividade no Câmpus Cidade de Goiás (CCG).

Desde dezembro de 2010, o programa realiza palestras, cursos, campanhas, saraus e trabalhos de pesquisa que alertam para a necessidade da reflexão sobre direitos humanos e diversidade. Ao menos 600 pessoas – da comunidade acadêmica e moradores da Cidade de Goiás – já foram envolvidas nas ações.

Coordenado pela professora Maria Meire Carvalho, o PET tem participação de outros cinco professores, 12 alunos bolsistas e mais oito ouvintes de todos os cursos do CCG: Direito, Serviço Social e Filosofia. A interdisciplinaridade visa romper a fragmentação dos cursos em suas particularidades acadêmicas.

São dois eixos temáticos, um de gênero e sexualidade, e outro de direito. O primeiro se concentra no grupo G-Sex, que discute a construção dos papéis masculino e feminino, os efeitos produzidos por esses papéis nos corpos, sociabilidades, afetividades, violência doméstica e familiar, homofetividade, homofobia, transexualidade, aborto, tráfico de pessoas e crimes sexuais. A referência teórica é Michel Foucault.

O segundo, denominado Casa Warat, tem como eixo teórico-metodológico o “Direito Acha-

Nádia Alves Pinheiro/PET/CCG



A petiana do Direito Jordana Ribeiro de Ávila, a professora Maria Meire, o também petiano do Direito Paulo Dante e Layla Fernanda, do Serviço Social: programa oferece formação mais humana para graduação

do na Rua”, sobre disputas realizadas na esfera pública como espaço para a produção do direito. A referência é o autor Luís Alberto Warat, que defende a sensibilização do cidadão como fundamental para enfrentar as múltiplas lesões aos direitos e as violências cotidianas.

“O Câmpus Cidade de Goiás, pelo perfil dos profissionais, tem essa vocação para discussões marginalizadas”, aponta Meire, que conta com apoio do professor Eduardo Gonçalves Rocha e da professora Adriana Andrade Miranda, do Direito; Thiago Sant’Anna e Alison Cleiton, do Serviço Social; e Ana Gabriela Colantoni, da Filosofia.

“Independente do professor ser favorável ou não a essas discussões”, defende Meire, “trata-se de saber lidar com uma questão que é cotidiana”. Os alunos teriam mais sensibilidade que os professores para tratar os temas. “Há menos es-

tranhamento”, verifica Meire, que esse ano quer estender as ações do PET também ao novo curso de Administração do CCG.

## Emancipação

“Só depois (do PET) percebi que o curso de Direito é uma poderosa ferramenta de transformação social, por meio da advocacia popu-

lar”, identificou a estudante Jordana Ribeiro de Ávila, que já tem dois anos como “petiana”. Ela, como os outros bolsistas, recebem R\$ 400 por mês para participar do programa, que seleciona alunos por meio da apresentação de currículo e carta de intenções.

“Nossas vivências no PET nos propiciaram uma ruptura com os equívocos postos pelos juízos de valores, tal como romper com as barreiras da singularidade de pensamentos”, defende Layla Fernanda Soares Nunes, petiana do Serviço Social.

“Para a universidade, o PET é a chave de ruptura das visões unilaterais que adquirimos cotidianamente”, acrescenta Layla, para ressaltar: “É necessário ampliar programas dessa natureza para permitir que mais alunos tenham acesso. Participar do PET é um privilégio”.

*“O Câmpus Cidade de Goiás, pelo perfil dos profissionais, tem essa vocação para discussões marginalizadas”*

## Bibliografia adotada pelo PET-CCG

- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II. O uso dos prazeres*. 11ª ed., V.1. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- NAVARRO-SWAIN, Tânia. (org.) *Feminismos: Teorias e Perspectivas. Textos de História*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Unb. Brasília: UnB, vol 8, n.1/2
- CARVALHO, Maria Meire. *Vivendo a verdadeira vida: vivandeiros, mulheres em outras frentes de combates*. Brasília: UnB, 2008 (Tese de Doutorado).
- LAQUER, Thomas. *Inventando o sexo. Corpo e Gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2001.
- LAURETIS, Teresa de. *Eccentric Subjects: Feminist Theory e Historical Consciousness*. *Revista Feminist Studies*. Vol 16, n. 01, 1990.
- LOURO, Guacira Lopes (org.) “Pedagogias da sexualidade”, in *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 153-172.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: *Revista Realidade e Educação*. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1990.

## Religião é maior entrave ao debate

A professora Maria Meire enfrenta dificuldades materiais para estruturar o PET. Mas essas são menores diante das incompreensões e estranhamentos, de professores, alunos, pessoas da comunidade. “O próprio nome G-Sex criou anedotas, mas barramos isso de maneira muito firme, incentivamos essa segurança e autonomia”, diz. “É uma discussão que mexe com as pessoas”, explica.

O pensamento religioso é o maior entrave. “Não é fácil. Tenho várias alunas evangélicas e se percebe essa dificuldade, que é cultural. Pela formação, serão advogados e assistentes sociais, então digo que não é um debate de dogma, não dá para colocar a religião ou Deus, o criacionismo acima da discussão”, diz.

“Não peço ou falo em nenhum momento que se deve deixar o dogma, mas tem que ser profissional. Pensar como o advogado ou o assistente social vão lidar com essa situação no cotidiano”, diz, para ressaltar: “Os alunos evangélicos têm me surpreendido pela maturidade nas discussões”.

Majoritariamente integrado por mulheres, há cada vez mais participação de rapazes, casais, de pessoas de 17 anos até mulheres de 60. “Têm depoimentos de pessoas que dizem ‘eu não podia morrer sem participar de uma discussão como essa’. Fico feliz com esses depoimentos”, comemora Meire, que percebe cada vez mais aproximação também de alunos da UEG.

ENSINO

# Educação com brincadeira

Projeto contemplado pelo ProExt investe na formação de professores especialistas em ações lúdicas

Menina dos olhos da coordenadora de Extensão e Cultura do Câmpus Catalão (CAC), a ludoteca capacita professores brinquedistas: especialistas em brincadeiras e na utilização do brinquedo como formada de educar crianças.

O projeto “Ludoteca: lugar-tempo de produção de subjetividade a partir do brincar” é quase como um filho para Maria do Carmo Moraes Pinheiro, a Carminha, que também é professora da Educação Física. A ludoteca é uma das cinco propostas contempladas pelo Programa de Extensão Universitária (ProExt), do MEC, em 2012.

Trata-se de um grande laboratório para bolsistas da Educação Física e da Pedagogia, que conta ainda com colaboradores da Letras e da Psicologia. Possui brinquedoteca, piscina de bolinhas, túnel, ambientes sociais, estantes com jogos de mesa, CDs e DVDs, livros. Recebe, de segunda a sexta-feira, filhos de professores, estudantes e técnico-administrativos.

O projeto se expande a todo vapor: este ano, utilizará espaços da Educação Física, como a quadra e as salas de dança e de lutas – para atividades lúdicas que utilizem o corpo e o movimento nos trabalhos.

Fotos: Projeto Ludoteca/CAC



Acima, parede da ludoteca. Espalhadas, crianças moradoras de Catalão, que participam do projeto por meio de parceria da UFG com a Pastoral da Criança

## Crianceiros

O objetivo, diz Carminha, é formar “professores ‘crianceiros’, sensíveis para o fato de que crianças são capazes de sentir, pensar e, portanto, elaborar de maneiras distintas; profes-

sores que considerem essa elaboração e permitam às crianças que tenham ideias e projetos, e não simplesmente atuem no ‘agora não é hora de falar’, ‘não é o lugar’, ‘menino, senta direito, não grite’”.

Com a tese de doutorado intitulada “O corpo como campo de forças da infância: resistência, criação e afirmação da vida”, Carminha aprofundou-se nas discussões de Nietzsche, Deleuze e Walter Benjamin. Mas seus estudos também passaram por Freud, Melanie Klein, Donald Winnicott, Piaget, Lev Vygotsky e outros para fundamentar seu entendimento de que o corpo não é um objeto que se precisa aprender a dominar.

“O brincar é um objeto de estudo muito mais rico que se imagi-

na”, diz. A ideia de brincadeira ligada à infância tem história que começa na modernidade, quando se separaram os universos adulto e infantil. “Isso”, explica Carminha, “por se entender que é necessário proteger e educar crianças, para civilizá-las”.

“O corpo que brinca tenta trilhar um caminho. O corpo e as sensações é que precisam ser trabalhados, num processo educativo que não despreze essas forças, mas que as redirecione num sentido criador. O brincar é um meio para isso. Não é só a reprodução do mundo adulto, é a recriação, é por meio do brincar que a criança expressa sua voz, recria o universo e também o questiona”, defende.



## ‘A educação tradicional mumifica as crianças’

O médico psiquiatra (USP) José Ângelo Gaiarsa, falecido em 2010, dizia que “educar é controlar a criança, fazê-la parar ou se mexer pouco”. “O terror da escola e dos pais é a criança ser irrequieta. Mas a criança tem que ser irrequieta. Porque está aprendendo a usar

a máquina neuromecânica mais complexa do universo, o corpo. São sete bilhões de neurônios funcionando coordenadamente”, afirmou em documentário produzido nos anos 90.

“Mas como mexer-se muito incomoda muita gente, a educa-

ção é no sentido de ‘fique bonzinho’, ‘seja um bom menino’, ‘fique no seu lugar’, ‘não se mexa demais’. A educação restringe os movimentos. Ao restringir os movimentos, a educação restringe a inteligência. Quem é muito quadrado, só entende quadrado.

Quem é muito formal, tem movimentos tímidos”.

Gaiarsa defendia que a educação tradicional “mumifica as crianças” e que ordens como “não faça assim, não faça assado” restringe os movimentos, a inteligência e também os sentimentos da criança.

## MEDICINA

# Curso terá foco no cotidiano médico

Comissão que discute nova graduação quer laboratórios para atividades práticas já no primeiro ano

O novo curso de Medicina do Câmpus Jataí terá foco na problematização do cotidiano médico. Em vez dos laboratórios tradicionais, a graduação trabalhará com laboratórios de habilidades, em que o aluno realizará atividades práticas já no primeiro ano de curso.

“É uma proposta inovadora, e nos cursos de todo País a tendência é passar para essa nova metodologia”, afirma a presidente da comissão que discute a criação do curso, professora Eliana Moraes, assessora de graduação naquele câmpus.

Professores da Pró-Reitoria de Graduação, da Faculdade de Medicina, de diversos cursos de Jataí e também representantes estudantis participam das discussões. O grupo realiza visitas técnicas a outras faculdades. Goiânia, Brasília e São João del-Rei (MG) adotam modelos que serão visitados.

Jataí tem a vantagem de uma experiência acumulada. O câmpus funciona como polo de residência da Faculdade de Medicina e de outros cursos da Biologia da UFG há 10 anos. Além disso, a comissão trabalha parcerias num raio de 200 km em torno da cidade. Um levantamento do potencial da região do Sudoeste Goiano é realizado pelo grupo.

A graduação surge sob novas normas editadas pelo Ministério da Educação (MEC) para os cursos da área, como existência de um número mínimo de leitos por estudante, vínculos com hospital de ensino, dentre outras exigências.

A comissão tem se preocupado com a permanência do estudante na cidade. Programas para concessão de bolsas aos discentes que necessitem de auxílio, como bolsas de monitoria e permanência, estão sendo estudados. O Restaurante



Arquivo Pessoal

Eliana Moraes, presidente da comissão que discute o novo curso

Universitário, que está em construção, também faz parte dos projetos de assistência.

## Demanda

Medicina é o curso com o vestibular mais concorrido da UFG. No último processo seletivo, 64,48 candidatos disputavam uma das 80 vagas do curso. Mas é uma conquista difícil: em Goiás, são 4,8 vagas de

graduações em Medicina – incluindo as faculdades privadas – para cada 100 mil habitantes.

Há carência deste tipo de profissional. No Brasil, são 1,8 médicos para cada mil habitantes. Algumas unidades da federação apresentam uma quantidade menor de médicos, como Goiás. No Estado, são 1,5 médicos para cada mil habitantes.

A fim de atenuar tais problemas é que o MEC, em parceria com o da Saúde, anunciou alterações na autorização de novos cursos e, também, a abertura de novas vagas em instituições públicas e privadas. Foram abertas 1.615 vagas nas universidades federais. Destas, 60 estarão sediadas no Câmpus Jataí.

O MEC exigiu estudo técnico abordando a importância da abertura de novas vagas naquela cidade para controlar a distribuição dos cursos de Medicina no País. Exigiu também memorial que esclareça a integração do curso com a gestão estadual do SUS.

Para aprovar o curso, o Câmpus Jataí precisou alcançar nota maior que 3 no Índice Geral de Cursos (IGC) e no Conceito Institucional, indicadores produzidos pelo executivo federal. A portaria também exigiu ao menos três programas de residência médica em algumas áreas consideradas priori-

tárias pelo Ministério da Saúde. São elas: clínica médica, ginecologia-obstetrícia, pediatria e a medicina de família e de comunidade.

O início das obras ainda depende do recebimento de verbas do governo federal. Conforme a UFG, deve dar-se no mês de junho. A intenção é que o primeiro vestibular para Medicina seja realizado este ano e a comissão trabalha para a criação de um curso com nota 5 – conceito máximo nas avaliações do MEC.

## COMISSÃO QUE PLANEJA O NOVO CURSO

- Vardeli Alves de Moraes (Diretor da Faculdade de Medicina/UFG)
- Fátima Maria Lindoso da Silva Lima (vice-diretora e coordenadora do curso de Medicina da UFG)
- Sandramara Matias Chaves (Prograd/UFG)
- Gisele Araújo Prateado Gusmão (Prograd/UFG)
- Lawrence Gonzaga (Prograd/UFG)
- Marilda Shuvartz (Prograd/UFG)
- Wagner Gouvêa dos Santos (CAJ/UFG)
- Eliana Melo Machado Moraes (CAJ/UFG)
- Marise Ramos de Souza (CAJ/UFG)
- Marciana Gonçalves Farinha (CAJ/UFG)
- Claudio Andre Barbosa de Lira (CAJ/UFG)
- Allison Gustavo Braz (CAJ/UFG)
- Marcos Lázaro Moreli (CAJ/UFG)
- João Victor de Souza Cyrino (Representante dos discentes - CAJ/UFG)



André Albuquerque

Entrada do Hospital das Clínicas, em Goiânia: unidade serve de referência para criação do curso de Medicina no Câmpus Jataí

## Conselho questiona exigências do MEC

O Conselho Federal de Medicina (CFM) questiona os critérios adotados pelo MEC, afirmando que são insuficientes para garantir ensino de qualidade. A entidade ainda manifestou a importância da melhoria da carreira dos médicos do SUS.

Roberto d'Ávila, presidente do CFM, afirmou, no site da insti-

tução, que “o Brasil precisa de médicos bem formados, bem qualificados e bem capacitados. Essa é uma medida que pode ajudar, a longo prazo, o preenchimento de vazios assistências, mas não podemos esquecer da qualificação do corpo docente destas escolas”.

De acordo com o CFM, a quantidade de cursos existentes

é suficiente para suprir a demanda pelos profissionais no Brasil. O problema está, conforme a entidade, na qualidade do ensino destas instituições, que precisa ser priorizada.

O Conselho Regional de Medicina (Cremego) afirmou, por meio de sua assessoria, que segue a normativa do CFM.

## NÚMEROS

### 1,5

médicos para cada mil habitantes é o índice de Goiás, sendo o 9º no ranking nacional

### 22º

é a posição de Goiás, no contexto Brasil, em número de vagas em Medicina por habitante.

### 4,8

vagas para cada 100 mil habitantes é o número oferecido no Estado



# Lembranças do operário das artes

## Filho resgata passagens da vida do modernista Cleber Gouvêa

Há 13 anos morria em Goiânia um dos precursores e mais importantes nomes do modernismo nas artes plásticas em Goiás: Cleber Gouvêa.

Em homenagem a também um dos primeiros professores da FAV – ele ingressou ainda no antigo Instituto de Artes –, o JP trás memórias do único filho do artista, Erik Gouvêa.

Por trás do legado, lembra Erik, havia um cotidiano de abnegação ao trabalho. Durante mais de 20 anos, Cleber passou longas horas encafuado em seu ateliê, debruçado sobre suas telas.

“Meu pai era um pedreiro”, lembra o filho, hoje com 34 anos e um dos proprietários de parte do acervo de Cleber. “Às seis da manhã já estava trabalhando”.

“Me lembro dele no ateliê, música clássica tocando, o chão como um quadro de Pollock, seus cabelos coloridos, bermuda e chinelos, e um cheiro fortíssimo de tinta no ar”, resgata.

Tinta essa que chegou a intoxicar Cleber nos anos 90, mas que não o impediu de continuar o trabalho, tampouco evitou que o pequeno Erik perambulasse por ali.

“Meus amigos e eu, brincando com todos aqueles materiais. Restos de molduras e tintas metálicas se transformavam em espadas. O lúdico tomava conta e a brincadeira se estendia”.

Cleber foi profundo conhecedor das técnicas e dos materiais ar-



Cleber com o pequeno Erik sobre as costas: “Meu pai era um pedreiro”

tísticos, além de suas aplicações na pintura, na gravura e na escultura.

O professor investiu na abstração geométrica (apesar de questionar esse termo), nas formas orgânicas bipartidas, amorfas e de conteúdo simbólico, como definiu a artista plástica e professora da FAV Selma Parreira (veja reproduções nesta página).

“Era difícil dar uma obra por

acabada, pois havia sempre um capricho a mais a acrescentar. Às vezes o que era um dourado gritante, minutos depois se transformava em preto”, observou Erik.

“Meu pai era assim, recebendo visitas, clientes, numa reunião de amigos, sozinho ou cheio de crianças pela casa, ele estava sempre pintando. Sempre vou sentir a falta dele”, diz o filho.

### Liberdade

No catálogo “Tempo de rever Cleber Gouvêa”, editado pela FAV em 2009, o professor José César Teatini Clímaco lembrou que desenvolveu uma linguagem própria em decorrência do método de Cleber.

“Por não ser o típico professor exigente, havia liberdade e serenidade nas suas aulas, um clima muito propício para a produção artística”. Para ele, o mestre ensinou sem direcionar.

### QUEM FOI CLEBER GOUVÊA

- Nascido em Uberlândia (MG) em 1942, iniciou nas artes plásticas aos 12 anos. Em 1958, foi para Belo Horizonte, onde conheceu a pintura do modernista Alberto da Veiga Guignard (1896-1962).

- Mudou-se para Goiânia em 1962, integrando o quadro de professores do antigo Instituto de Artes. Ensinou técnicas de gravura e de pintura durante quase 30 anos na UFG. Artistas consagrados como Cléa Costa, Roos, Selma Parreira, ZéCésar Clímaco, Carlos Sena e foram seus alunos.

- Foi o criador do ateliê de gravura como habilitação do bacharelado em Artes Plásticas e introdutor da litografia na UFG e em Goiás.

- Dividiu ateliê com Siron Franco e experiências artísticas com DJ Oliveira, Frei Nazareno Confaloni e Gustav Ritter.

- Faleceu no dia 12 de março de 2000, aos 58 anos, em Goiânia.



# A greve como emblema de uma esquerda em luta contra si própria

Livro do professor da Faculdade de História traz perspectiva crítica do movimento docente de 2012

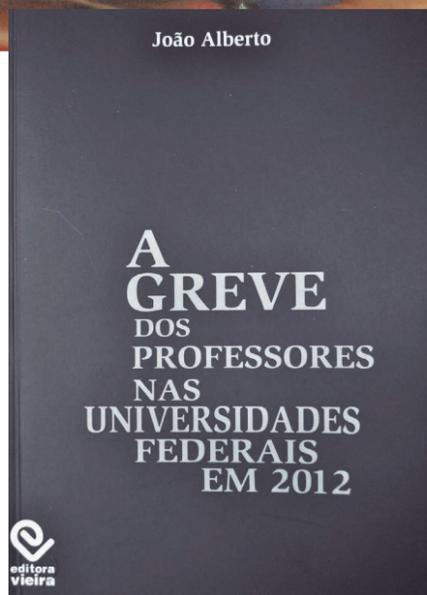
A greve dos professores das universidades federais em 2012, a maior da história do movimento docente nacional, não é uma história exclusiva ou restrita ao próprio movimento. É antes “um emblema da imensa contradição em que está envolvido o atual modelo de gestão da esquerda capitalista brasileira”.

A análise da greve é o ponto de partida para a crítica da esquerda – aparelhada tanto no governo federal quanto nos sindicatos – empreendida pelo professor da Faculdade de História João Alberto da Costa Pinto (foto), em seu último lançamento “A greve dos professores nas universidades federais em 2012” (Editora Vieira, 106 páginas).

Publicado em dezembro de 2012, logo após o encerramento da paralisação, é o primeiro esforço de leitura do movimento no Brasil. A hipótese é que a greve se fez em torno de um paradoxo insolúvel. Os grevistas, em sua maioria simpatizantes da esquerda, lutaram contra um governo de esquerda (forjado na luta sin-



Cristine Cidade



dical) e em defesa de uma instituição que, nas condições atuais de produção, é fundamental para manutenção do capitalismo: a universidade.

“É uma situação política densa e extremamente original. Uma esquerda que faz oposição à esquerda, defendendo universidade mais funcional em termos capitalistas. E a esquerda ao lado do governo, que se colocou contra os grevistas, o caso da Adufg. São frações em luta renhida no campo da esquerda”, afirma.

João Alberto disparaseveras críticas aos sindicatos nacionais, Andes-SN e Proifes-Federação, especialmente ao último, que para ele foi “atropelado pela greve” e a quem chama de governista ou “sindicato totó”, “um cãozinho que você chuta, xinga, ele vai pra lá, mas se você estala o dedo, ele volta pro teu pé”, compara.

“A oposição ao Proifes (PT e PC do B) é uma esquerda que pensa sua ação institucional pela conquista política do Estado. PSOL, PSTU e PCO são programaticamente dirigidos ao Estado, cuja grande perspectiva é administrar melhor o capitalismo”. E resume: “O que temos é uma contradição na base e a luta política pela hegemonia direta sindical entre essas frações”.

## Tecnocracia

O professor João Alberto ampara-se no escritor e militante político português João Bernardo para definir que o atual modelo capitalista nacional não pode mais ser entendido como burguês. “Não há governo burguês algum sobre nossas cabeças. O que há é um governo tecnocrático capitalista, daquilo que eu, auxiliado por João Bernardo, chamo de gestores tecnocratas, a tecnocracia”.

“Com essa greve”, continua, “pela primeira vez tivemos na história política do País uma luta de gestores contra gestores, em que todos os campos políticos pensam na melhor organização estatutária do Estado brasileiro”. E dá-lhe crítica: “É uma leitura bolchevique antiga, defasada à realidade do capitalismo transnacional, porque se perspectiva numa ação nacionalista de tomada do poder ou de compor a hegemonia das instituições através da participação desse governo capitalista”.

O livro foi lançado na Faculdade de História em janeiro, em evento promovido pelo CA de História Sérgio Buarque de Holanda, gestão “Da luta não me retiro” (2012-2013).

## ANOTE

“A greve dos professores nas universidades federais em 2012”

- Editora Vieira
- 106 páginas
- R\$ 10
- Exemplares vendidos pelo autor: [joaoacpinto@yahoo.com.br](mailto:joaoacpinto@yahoo.com.br)

## Jornalismo lança coletânea de estudos contemporâneos

O curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (Facomb) lançou em dezembro de 2012 a coletânea “Atualidades – estudos contemporâneos em jornalismo”. São artigos de 18 professores, três mestrandos e a jornalista, convidada especial, Olga Curado. O solenidade ocorreu no auditório da Facomb.

“São teses que atendem ou confrontam as mudanças tecnológicas que vivemos”, disse o professor Nilton José dos Reis Rocha, que assina o artigo “Entre a insubmissão social e a revolução tecnológica: caminhos e descaminhos da grande reportagem na América Latina”.

“Não são pontos de vista criados ontem, mas sobre trajetórias e teses dos professores. Não é um livro homogêneo e

harmônico do ponto de vista teórico”, avisa o professor.

É o terceiro livro publicado desde 2010, quando professores do curso de Jornalismo perceberam, após uma pesquisa, que os estudantes esperavam a criação de um produto acadêmico que identificasse o curso. Foram impressos mil exemplares (380 páginas).

“Esse compromisso está sendo cumprido à risca, apesar de algumas dificuldades do próprio processo intelectual de produção”, afirma o organizador, Juarez Ferraz de Maia, coordenador do curso de Jornalismo e que assina o artigo “A guerra civil na Síria: uma encruzilhada de múltiplos interesses”.

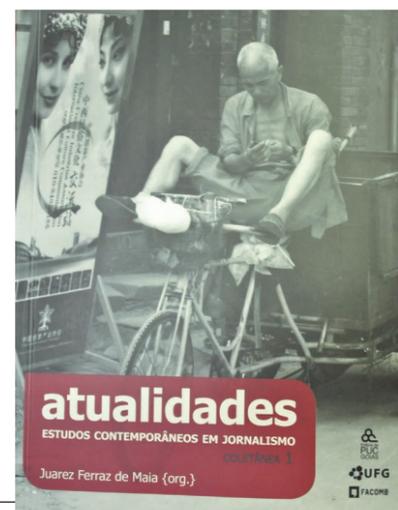
“É um veículo essencial, que manifesta o papel do curso de Jornalismo, a produção da Facomb e fortalece a graduação e a pós-gradu-

ação”, reiterou o reitor Edward Mardureira, que participou da solenidade de lançamento.



Juarez de Maia autografa o livro

Antes da solenidade, Edward havia se reunido com o diretor da Facomb, Magno Medeiros, e com Juarez para discutir problemas de equipamentos da faculdade. “Trabalho fortemente para solucionar esses problemas em 2013”, garantiu o reitor.



GERALDO FARIA CAMPOS

# Um legado de dedicação e carinho

Professor aposentado do Cepae formou gerações baseado em método que subverte modelo tradicional de ensino

Geraldo Faria Campos, 76, era funcionário dos Correios e dava aulas esporádicas de português, quando foi aprovado em concurso para o antigo ICHL. Era novembro de 1971. Graduado em Letras Neolatinas pela Católica e especializado pela Faculdade de Educação, jogava futebol (pertenceu aos quadros do Goiânia Esporte Clube), mas queria mesmo era dar aula para 5ª a 8ª séries.

Um dia, após uma partida de futsal com o amigo e então reitor Farnese Maciel Neto, Geraldo arriscou o pedido. “Quem passa para mais, passa para menos”, sinalizou Farnese, o que deu início à carreira de 30 anos do professor de Língua Portuguesa mais lembrado do então Colégio de Aplicação, hoje Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae). Passou todo esse tempo como professor da UFG à disposição do colégio.

O mais lembrado porque Geraldo “Alemão” – era ruivo quando ganhou o apelido, ainda criança – rompeu com os modelos repressores do ensino tradicional. Seu método era de aproximação, convivência e troca de experiências com os alunos. Um processo de alfabetização acompanhado de perto, de longo prazo, estimulado por meio do prazer e do respeito.

“Fiquei 30 anos na universidade e nunca dei uma prova. Eles (coordenação pedagógica) não sabiam”, revela com voz suave ao **Jornal do Professor**. Em sala de aula, o processo era de muita leitura. E de textos pequenos, leves, gostosos. Charges, quadrinhos e poesias, de Mário Quintana e Manoel Bandeira, por exemplo, eram bastante utilizados.

“Às vezes, os pais reclamavam, mas eu dizia pra ter calma. A leitura não é assim de uma vez”, diz. Na escrita, Geraldo condena a aplicação “policia” da gramática. Isso gera medo de errar, mas o erro, defende,



Geraldo “Alemão”, na varanda de seu apartamento: “Nunca dei uma prova”

é necessário para o acerto. O segredo está no apontamento deste erro:

“O aluno ia escrevendo (com erros) e depois de uma certa convivência, eu dizia: ‘eu posso corrigir o seu texto com relação à norma padrão?’ É importante o aluno permitir que o texto seja corrigido. Se eu pego texto e de cara aponto dez erros, é uma interferência no trabalho. O aluno não vai mais querer escrever. O professor tem que ter essa paciência”.

“Às vezes”, continua, “a redação do menino estava cheia de dificuldades com relação à norma padrão. Eu descobria lá no meio um parágrafo que estava bom e dizia ‘aqui você foi bem’. Aí você cria um clima para o aprendizado da língua”, reflete. O professor deve ficar atento: “Um olhar mal jogado mata o aluno”, alerta.

As avaliações de Alemão eram medidas nas discussões dos livros em sala de aula e por meio dos textos que os alunos escreviam sobre esses livros. “Nunca deixei de ler um texto de aluno meu”, afirma.

Geraldo gostaria que as escolas fizessem contratos longos, de dez anos, com os professores. “É para eles criarem raízes”.

## Dolé

Geraldo sempre criticou a dependência de alguns professores ao livro didático. Como Paulo Freire, ele considera que leitura de mundo preconiza a leitura da palavra, que este mundo precisa ser considerado por

aquele que leciona e que o aprendido não é como um vetor, de sentido único, mas ocorre na relação, por meio do diálogo.

Todo o ambiente do Cepae era considerado nesse processo. Havia, por exemplo, um vendedor de doces e de picolé no colégio, carinhosamente apelidado de “Dolé”. Ele recebia recados de pais de alunos, dos meninos, das meninas. Cuidava de passarinhos machucados, sempre acompanhado de um aluno ou de uma aluna.

“Aquele sujeito era uma espécie de professor”, considera Alemão. A senhora da portaria, que as meninas gostavam de chamar para passear porque, na verdade, as servia de confidente. “Outra professora da escola”, define. “Na escola acontecem coisas extraordinárias no ensino, que estão muito além do conselho de classe, que às vezes MEC e Secretaria de Educação não sabem. São muitos segredos, que só na escola você descobre”.

Geraldo muito aprendeu. Certa vez, tomou um aperto de uma aluna de 6ª série. A administração levantava uma cerca na porta do colégio para os carros não avançarem. “É, professor. A cerca vem aí. Cuidado!”, advertiu a garota. “Fiquei o dia inteiro pensando nas cercas que nós temos. Para mim foi pura filosofia. Pensei sobretudo nos meus preconceitos. Fomos criados para ser preconceituosos, na família, tudo. O preconceito está dentro de nós”.

## ‘O velho não tem função no Brasil’

Depois de 30 anos de experiência em sala de aula, Geraldo “Alemão”, que aposentou-se em 2002, não parou de estudar, mas sente que todo esse conhecimento é desperdiçado. “Tudo o que aprendi em sala de aula com os alunos precisava ser repassado. Vejo nosso governo meio burro. Ele me paga todo mês. Não podia mandar um carro aqui me buscar para dar aula duas vezes por semana e compensar esse pagamento? Por que eu não posso? Não tem países onde os velhos são usados? Aqui a gente não tem função”, critica.

Em dezembro passado, o Conselho Universitário da UFG aprovou a entrega do título de professor emérito a Geraldo. A solenidade deve ocorrer em março. A vantagem do diploma, resalta Alemão, é a possibilidade de voltar ao trabalho. “Posso ser convidado pela universidade, participar de um encontro, por exemplo. O aposentado não pode”. Ele diz se sentir honrado pelo título, mas teme ficar preso ao passado. “Não podemos. A escola hoje não precisa? Então vamos trabalhar para que esta escola melhore”, instiga.

## Quem é Geraldo Faria Campos

- Nasceu em 1936, em Goiânia, mas mudou-se para Itaberaí assim que o pai morreu, quando tinha 3 anos. A mãe foi quem cuidou de tudo. Fazia cigarro de palha, comprava açúcar na roça e revendia na cidade. É o mais velho de três irmãos (João e Divina, já falecida).
- Mudou-se para Goiânia em 1946.
- Ingresso na universidade: 1971
- Aposentadoria: 2002
- Em 2003 fez cirurgia de ponte de safena e hoje luta contra a leucemia.

